



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2010, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da POÇOS DE CALDAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A (“PCTE”) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

**SETOR ELÉTRICO**

**O Sistema de Transmissão Interligado Nacional**

As primeiras linhas de transmissão do Brasil tinham por objetivo interligar as usinas geradoras aos centros consumidores. A partir da década de 60, com a centralização nas mãos da União do planejamento da expansão elétrica, esses sistemas radiais e isolados foram sendo conectados para formar o Sistema Interligado de Transmissão. Até recentemente o país tinha dois grandes subsistemas de transmissão: um para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; outro para o Nordeste e parte da região Norte (o restante da região Norte possuía apenas linhas isoladas, sem caracterizar um sistema).

Em 1999 os subsistemas Sul - Sudeste - Centro-Oeste e Norte - Nordeste foram conectados através da linha de transmissão Norte-Sul I (Furnas), iniciando o processo de integração eletroenergética, hoje em pleno desenvolvimento. Tal integração objetiva promover o intercâmbio de energia entre as usinas (majoritariamente hidroelétricas), otimizando o uso dos recursos hídricos e aproveitando diferenças nos regimes pluviométricos de cada região.

Pode-se afirmar, portanto, que os investimentos no segmento de transmissão são tão essenciais quanto aqueles em geração de eletricidade, com a vantagem de possuírem menores prazos de implantação e impactos ambientais. Tais investimentos ganharam vulto, contudo, após a instituição do novo modelo energético, o qual promoveu a cisão dos negócios de Geração, Transmissão, Distribuição, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação).

**O Segmento da Transmissão**

Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a deságios de mais de 50 %.

Com a entrada do governo Lula, o modelo foi modificado através das Leis 10.847 e 10.848 de 2004. O segmento da Transmissão, contudo, foi pouco alterado. Teve como principais mudanças o gerenciamento das licitações e a permissão de concessionárias federais para concorrerem aos leilões, (desde que associadas e com participação minoritária) transferidas para o MME. Não houve modificação na essência do modelo para o segmento o qual tem, inclusive, sido tomado como exemplo de sucesso no Setor Elétrico e servido de paradigma para as reformas efetuadas no setor de Geração.

Para os próximos anos espera-se a manutenção do contínuo desenvolvimento deste setor. Já foram ofertados em leilões públicos diversos empreendimentos de transmissão de caráter estrutural que, certamente, incrementarão a capacidade de intercâmbio eletroenergético no Brasil. Recentemente, as novas obras previstas pelo planejamento de expansão da transmissão foram consolidadas pelo Ministério de Minas e Energia – MME, reforçando a expectativa de manutenção do ritmo de investimentos no setor.

**A POÇOS DE CALDAS**

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A., sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 12 de dezembro de 2006 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com duas filiais localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 03 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 04 de abril de 2007. A companhia entrou em operação em 05 de maio de 2009.

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 208.350.000,00 dividido em 208.350.000 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (em reais).

Acionistas	%
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99
Mrs. Ou, Cai e Qu	0,01
	100

O Objeto de nossa Sociedade é a exploração de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à disponibilização de nossa rede de transmissão de energia elétrica. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

**EXERCÍCIO 2010**

**Receita:** O valor anual da receita fixado pela ANEEL para o período de Julho 2010 – Junho 2011 é de R\$ 28.244. Tal valor é fixo, definido no Contrato de Concessão, e reajustado anualmente em 1º de Julho pela variação do IPCA nos 12 meses findos em 31 de maio precedente ao reajuste.

A receita mensal é objeto de uma dedução de uma parcela variável, em função do tempo em que as linhas fiquem indisponíveis. No exercício de 2010, a PCTE não teve dedução.

A PCTE fatura mensalmente a todos os Usuários do Sistema Interligado pelo uso do Sistema de Transmissão da rede básica, com independência do uso específico das suas próprias instalações. Os valores devidos por cada um dos Usuários são definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

A título de exemplo, o número de usuários do mês de dezembro de 2010 alcançou a cifra de 202 com uma média de R\$ 380 por fatura.

Distribuição de Usuários			
Valor da fatura	Quantidade	Totais	Media
< 10.000	160	313	2
10.000 - 100.000	34	1.105	32
100.000 - 200.000	6	739	123
200.000 - 300.000	2	444	222
>300.000	-	-	-
SOMAS	202	2.601	380

A composição da tarifa em dezembro de 2010 é como segue:

Composição da tarifa	R\$ Mil
Receita Garantida	30.549
<b>Impostos</b>	
PIS	-504
COFINS	-2.319
ICMS	-
<b>Taxas</b>	
Fiscalização	-153
P&D	-764
RGR	-263
Compensação financeira	-
Custo da energia comprada para revenda	-
Encargos de uso da rede elétrica	-
Despesas de pessoal	-1.959
<b>Outras despesas operacionais</b>	-13.934
<b>Tarifa bruta da concessionária</b>	10.651

**Desempenho econômico-financeiro**

No exercício 2010 a PCTE teve uma Receita Base bruta de R\$ 26.266 milhões (94.998 milhões em 2009), que, após a dedução dos impostos sobre o faturamento, resultou em uma receita líquida de R\$ 22.415 milhões (93.452 milhões em 2009).

O lucro operacional, EBITDA, foi de R\$ 20.031 milhões (16.608 milhões em 2009) e, uma vez descontados as amortizações, as despesas financeiras e os extraordinários, obtemos um lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 1.610 (9.156 milhões em 2009).

O lucro do exercício, após a Provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social diferido foi de R\$ 545 milhões (10.221 milhões em 2009).

Os Principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2010 e 2009 são:

	2010	2009
• <b>Liquidez Geral</b>	215,63%	214,53%
• <b>Liquidez Corrente</b>	259,08%	273,02%
• <b>Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total</b>	55,04%	54,21%
• <b>Relação Exigível Total/Ativo Total</b>	44,96%	45,79%
• <b>Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)</b>	0,25%	4,75%
• <b>Relação Lucro Operacional/Patr. Líquido (%)</b>	10,77%	7,72%
• <b>Endividamento do patrimônio Líquido</b>	81,70%	84,48%
• <b>Em moeda nacional</b>	-	100%
• <b>Em cesta de moedas</b>	-	-

**Valor Adicionado:** Em 2010 o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela concessionária foi de R\$ 26.402 milhões, representando 99% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição: 7 % (pessoal); 15% (Governo); 2% (Acionistas); e 76% (Financiadores)

**Responsabilidade ambiental**

A PCTE está operando em plena conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação nº. 867/2009 emitida pelo IBAMA em 18/09/2009. Em 2009 foram desenvolvidas atividades ainda referentes à Licença de Instalação nº 531/2008, emitida em 08/07/2008.

**Indicação dos Programas Ambientais a Serem Desenvolvidos no ano de 2010 com continuidade em 2011**

Nome do Programa	Atividades desenvolvidas em 2010 e a desenvolver em 2011
<b>Assinatura dos Termos de Compromisso das duas Prefeituras (LI e LO)</b>	2010/2011
<b>Programa de Monitoramento de Processos Erosivos (LO)</b>	2010/2011
<b>Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (LO)</b>	2010/2011
<b>Programa de Manutenção e Poda da Vegetação (LI e LO)</b>	2010/2011
<b>Programa de Monitoramento do Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e Indenizações (LI e LO)</b>	2010/2011
<b>Programa de Compensação Ambiental (LO)</b>	2010/2011
<b>Programa de Comunicação Social (LO)</b>	2010/2011
<b>Programa de Educação Ambiental (LO)</b>	2010/2011
<b>Programa de Monitoramento de Avifauna (LO)</b>	2010/2011
<b>Programa de Educação Ambiental Anti-Queimadas</b>	2010/2011
<b>Programa de Reposição Florestal</b>	2010/2011

**Resumo das Atividades**

Em atendimento às Condições da Licença de Operação 867/2009, emitidas pelo IBAMA para as Linhas de Transmissão 500 kV Ribeirão Preto-Estrelita-Jaguara e Ribeirão Preto-Poços de Caldas, foram desenvolvidos Programas/Atividades em 2010. As atividades desenvolvidas e a desenvolver: (a) Assinatura dos Termos de Compromisso com prefeituras, (b) Programa de Monitoramento do Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e Indenizações, (c) Programa de Comunicação Social, (d) Programa de Educação Ambiental, (e) Programa de Monitoramento de Processos Erosivos, (f) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, (g) Programa de Manutenção e Poda da Vegetação, (h) Programa de Compensação Ambiental, (i) Programa de Monitoramento de Avifauna, (j) Programa de Educação Ambiental Anti-Queimadas, (l) Programa de Reposição Florestal.

**a) Assinatura dos Termos de Compromisso de duas Prefeituras (LI)**

No ano de 2009 foram assinados os Termos de Compromisso com as prefeituras de Serra Azul e Itobi. Esses Termos vêm atender à condicionante de LI nos termos do inciso V do art. 41 da Lei Federal 10.257/2001, que estabelece: o empreendedor cujas atividades foram licenciadas através de EIA/RIMA, devem se comprometer a prover aos municípios interferidos pela implantação da obra, que tenham menos de 20.000 habitantes, de recursos técnicos e financeiros necessários à elaboração dos Planos Diretores.

A continuidade deste Programa em 2010 iniciou-se pela contratação da empresa Paralelo 19 para realizar o levantamento dos municípios contemplados pela Lei Federal supracitada. No ano de 2010 o município escolhido foi Serra Azul, o qual já havia assinado o Termo de Compromisso com a PCTE. Os estudos envolveram tanto os núcleos urbanos da sede municipal quanto seus distritos e as áreas rurais. O Processo de elaboração dos Planos diretores será feito em cinco etapas descritas a seguir:

- **Planejamento:** esta etapa foi realizada em agosto de 2010 e consistiu na definição e capacitação da equipe técnica, elaboração do Plano de Trabalho e definição da logística para as campanhas de campo

- **Mobilização:** iniciada em setembro de 2010 através da sensibilização da equipe da Prefeitura através de contatos telefônicos, emails, correspondências e reuniões. Esta etapa se estendeu até o mês de outubro de 2010, contemplando ainda contatos com lideranças locais, formação e capacitação do Núcleo Gestor municipal e a divulgação e realização da primeira Audiência Pública para o lançamento do Plano diretor Participativo em cada município.

- **Diagnóstico:** iniciado em setembro de 2010 até o dia 31 de janeiro de 2011. As atividades desenvolvidas foram o levantamento de dados secundários referentes ao município, coleta de dados socioeconômicos, institucionais e físico-territoriais através de entrevistas qualitativas e levantamentos em campo, apoio à realização das leituras comunitárias e a elaboração do diagnóstico municipal (leitura técnica). Esta etapa continuará em 2011.

- **Elaboração de Propostas:** esta etapa será realizada em 2011. Consiste na realização das discussões temáticas, elaboração e consolidação das propostas para o Projeto de Lei e na terceira Audiência Pública para apresentação e validação das propostas.

- **Processo Jurídico:** consiste na etapa de redação da minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo e posterior apresentação e entrega formal na Prefeitura Municipal, prevista para o mês de maio de 2011.

**b) Programa de Monitoramento do Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e Indenizações (LI e LO)**

Este Programa foi iniciado na fase de implantação do empreendimento e consistia na visita de técnicos para informar aos moradores de propriedades interferidas pela construção da Linha de Transmissão, que tal atividade tratava-se de um empreendimento de utilidade pública, e, por isso, seriam instaladas estruturas (ou apenas a faixa de servidão) na propriedade. Neste programa também foram tratadas as negociações de realocação de benfeitorias (quando necessário) e indenizações. A continuidade deste Programa na fase de operação foi determinada por condicionante de LO, pois há necessidade de acompanhamento dos processos judiciais de indenização da faixa de servidão.

**c) Programas de Comunicação Social**

Este Programa foi iniciado na fase de implantação do empreendimento trazendo à população lideira escolas, associações e cooperativas do entorno, informações sobre os cuidados da convivência com a Linha de Transmissão. Isso foi realizado através de folders, banners, distribuições de kits, palestras e atividades em escolas. Tópicos de educação ambiental também foram tratados neste Programa. As atividades foram desenvolvidas durante a implantação e terão continuidade nesta a fase de operação, mas com outro enfoque, adequado à situação atual. O Plano de Trabalho será elaborado no ano de 2011.

**d) Programa de Educação Ambiental**

As atividades realizadas no âmbito deste Programa foram em novembro e dezembro de 2010 e consistiram no Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) o qual subsidiará a elaboração do Programa de Educação Ambiental da fase de operação.

**e) Programa de Monitoramento de Processos Erosivos**

Este Programa tem continuidade durante toda a fase de operação do empreendimento e teve início em 2010. O objetivo é monitorar os pontos com processos erosivos, sejam eles provenientes da fase de instalação ou decorrentes da fase de operação. Os pontos são identificados, monitorados e corrigidos, quando necessário.

**f) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas**

Este Programa tem continuidade durante toda a fase de operação, recuperando áreas degradadas originadas na fase de instalação (em geral). As áreas degradadas provenientes da operação também são alvo deste Programa. As atividades no âmbito deste programa terão início em 2011.

**g) Programa de Manutenção e Poda da Vegetação (LI e LO)**

O Objetivo deste Programa na fase de instalação do empreendimento foi de realizar a supressão de vegetação da faixa de servidão dentro dos padrões da NBR 5522, além de obedecer às determinações da Autorização de Supressão de Vegetação e da Licença de Instalação emitidas para a PCTE. Para a fase de operação este Programa tem continuidade em função da necessidade de se manter a faixa de servidão nos padrões da NBR 5422, evitando, assim, desligamentos indesejados. No ano de 2010 não foram realizadas atividades dentro do programa. Para o ano de 2011 estão previstas atividades de poda e corte seletivo.

**h) Programa de Compensação Ambiental**

A PCTE está aguardando a decisão do ICMBio, IBAMA e MMA para que sejam escolhidas as Unidades de Conservação contempladas com o benefício da Compensação Ambiental. Após a decisão, será firmado e assinado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental entre a PCTE e o ICMBio.

**i) Programa de Monitoramento de Avifauna**

O Programa de Monitoramento da avifauna tem como objetivo principal verificar a eficácia dos sinalizadores de avifauna instalados nos cabos pára-raios. Outro objetivo é comparar os dados do monitoramento da fase de instalação com os da fase de operação com intuito de identificar a ocorrência de impactos. Terá início em 2011.

**j) Programa de Educação Ambiental Anti-Queimadas.**

O Programa de Educação Ambiental Anti-Queimadas é realizado todos os anos nos períodos secos, considerados mais críticos para a dispersão do fogo. No ano de 2010 foi realizada a campanha do tipo completa, que consiste na apresentação de palestras para os proprietários e alunos residentes no entorno do empreendimento, colagem de cartazes, spots em rádios locais, distribuição de kits (caderno, lápis, canetas, gibi para crianças e calendário para adultos, camisas, bonés, garrafinha de água, sacola e imã de geladeira) e distribuição de panfletos educativos. Nas palestras, é feita uma brincadeira com perguntas voltadas para os temas: Preservação Ambiental, Os Males das Queimadas e Desenvolvimento Sustentável. Os participantes que acertam as perguntas recebem como brinde uma caneca.

**l) Programa de Reposição Florestal**

Este Programa tem a vigência da validade da Licença, ou seja, seis anos. Tem como objetivo replantar as áreas de APP que foram desmatadas durante a construção da Linha de Transmissão. O Plantio terá início em 2011. As espécies a serem plantadas são nativas e serão monitoradas durante os seis anos. A PCTE apresentará relatório comprobatório do plantio das mudas nos locais selecionados para a reposição florestal.

**Cultura, Esporte e Turismo**

A PCTE ainda não teve recursos suficientes para disponibilizar patrocínios inseridos em projetos contemplados pela a Lei dos Esportes e a Lei Rouanet de incentivo à cultura.

**Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2011.

**A Administração.**



# POÇOS DE CALDAS

## Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 08.532.971/0001-94

### DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL DE 2010 (Valores Expressos em Milhares de Reais) (Não Auditado)

1) Base de Cálculo	2.010		2009		4) Indicadores Ambientais (Relacionados com a operação da empresa)		
	Valor (Mil Reais)	% Sobre RL	Valor (Mil Reais)	% Sobre RL	Valor (R\$ MIL)	% Sobre RO	% Sobre RL
Receita Líquida (RL)	22.415		93.453		11	0,05%	0,05%
Resultado Operacional (RO)	20.031		16.608				
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.331		1.047				
<b>2) Indicadores Sociais Internos</b>				<b>5) Indicadores do Corpo Funcional</b>			
	Valor (R\$ MIL)	% Sobre FPB	Valor (R\$ MIL)	% Sobre FPB	<b>Empregados no final do período</b>		
Alimentação	102	7,69%	76	7,26%	<b>Escolaridade dos empregados</b>		
Encargos sociais compulsórios	385	28,96%	249	23,78%	Superior e extensão universitária		
Previdência privada	-	0,00%	0	0,00%	2º grau		
Saúde	80	0,36%	53	5,06%	1º grau		
Capacitação e desenvolvimento profissional	8	0,59%	37	3,53%	<b>Faixa etária dos empregados</b>		
Outros	47	0,21%	64	6,11%	Abaixo de 30 anos		
Vale Transporte	-	0,00%	0	0,00%	De 30 até 45 anos (exclusive)		
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>622</b>		<b>479</b>	<b>45,75%</b>	Acima de 45 anos		
<b>3) Indicadores Social Externos</b>				<b>6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial</b>			
	Valor (R\$ MIL)	% Sobre RO	Valor (R\$ MIL)	% Sobre RO	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		
Educação	-		0	0,00%	Número total de acidentes de trabalho		
Cultura	-		20	0,00%	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos		
<b>Total - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>-</b>		<b>20</b>	<b>0,02%</b>	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos		
<b>Total de contribuições para sociedade</b>	<b>-</b>		<b>1.607</b>	<b>0%</b>	A participação nos lucros ou resultados é definida		
Tributos-excluídos encargos sociais	-		1.607	0%	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa		

### BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2010			2009			Passivo	Nota	2010			2009		
		2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009			2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo circulante							Passivo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.994	6.042	32.122	Fornecedores	9	2.319	8.175	19.971						
Concessionárias e permissionárias	5	3.377	3.367	-	Empréstimos e financiamentos	12	-	5.898	173.223						
Estoques		566	-	-	Contas a pagar - partes relacionadas	12	3.090	-	-						
Adiantamento a fornecedores		152	-	-	Empréstimos - partes relacionadas	12	12.717	-	-						
Impostos a recuperar	6	3.304	3.712	80	Impostos e contribuições sociais	10	239	1.637	1.048						
Contas a receber - ativo financeiro	7	30.848	30.549	12.221	Taxas regulamentares		1.144	437	-						
Outros créditos		186	636	-	Outros passivos circulantes		726	81	63						
		<b>52.427</b>	<b>44.306</b>	<b>44.423</b>		<b>20.235</b>	<b>16.228</b>	<b>194.305</b>							
Ativo não circulante					Passivo não circulante										
Títulos e valores mobiliários		-	6.410	-	Empréstimos e financiamentos	9	-	159.249	-						
Outros créditos		3	82	200	Empréstimos - partes relacionadas	12	152.334	-	-						
Contas a receber - ativo financeiro	7	309.938	314.522	250.072	Outras provisões - medidas compensatórias	11	1.754	1.754	-						
Impostos a recuperar	6	21.405	24.732	-	Provisão para contingências	14	1.207	-	-						
Intangível		12.061	6.989	-	Impostos diferidos		2.044	4.178	-						
		<b>343.407</b>	<b>352.735</b>	<b>250.272</b>	Outros passivos não circulantes		406	406	857						
<b>Total do ativo</b>		<b>395.833</b>	<b>397.041</b>	<b>294.695</b>		<b>157.745</b>	<b>165.587</b>	<b>857</b>							

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes		Total reabran-	Total
			Legal	Retidos	Dividendos	Lucros acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2008	195.000	(96.300)	-	-	-	-	-	98.700
Ajuste de prática contábil	-	-	-	-	833	-	833	833
Saldo em 31 de dezembro de 2008 (reapresentado)	195.000	(96.300)	-	-	833	-	833	99.533
Aumento e Integralização de capital	13.350	96.300	-	-	-	-	-	109.650
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.221	10.221	10.221
Ajuste de prática contábil	-	-	-	-	(4.178)	-	(4.178)	(4.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	208.350	-	-	-	(3.345)	10.221	6.876	215.226
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	545	545	545
Ajuste de prática contábil	-	-	-	-	2.083	-	2.083	2.083
Constituição de reserva legal	-	-	27	-	-	(27)	-	-
Dividendos retidos	-	-	-	-	-	(10.739)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	208.350	-	27	10.739	(1.262)	-	9.504	217.854

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, apresentado em reais)

	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009
Receita operacional líquida	22.415	93.452	22.415	93.452
Custo da operação	1.048	(76.844)	1.048	(76.844)
Pessoal	(1.676)	(660)	(1.676)	(660)
Material	(160)	(101)	(160)	(101)
Serviços de terceiros	(1.576)	(1.688)	(1.576)	(1.688)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica	(153)	(61)	(153)	(61)
Arrendamentos e alugueis	(47)	(51)	(47)	(51)
Custo de construção e outros	4.617	(74.283)	4.617	(74.283)
Lucro operacional bruto	23.463	16.608	23.463	16.608
Despesas operacionais	(3.432)	-	(3.432)	-
Pessoal e administradores	(284)	-	(284)	-
Outras	(3.148)	-	(3.148)	-
Lucro antes do resultado financeiro	20.031	16.608	20.031	16.608
Resultado financeiro	(18.421)	(7.452)	(18.421)	(7.452)
Receita financeira	1.552	2.074	1.552	2.074
Receitas de aplicações financeiras	1.301	433	1.301	433
Outras receitas financeiras	251	1.641	251	1.641
Despesa financeira	(19.973)	(9.526)	(19.973)	(9.526)
Variações monetárias passivas	-	(1.229)	-	(1.229)
Juros	(13.593)	(8.263)	(13.593)	(8.263)
Outras despesas financeiras	(6.380)	(34)	(6.380)	(34)
Lucro antes dos impostos	1.610	9.156	1.610	9.156
Imposto de renda e contribuição social	(1.065)	1.065	(1.065)	1.065
Lucro líquido do exercício	545	10.221	545	10.221
Lucro líquido por ação - R\$	0,002	0,05	0,002	0,05

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	2010		2009	
		2010	2009	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		545	10.221	545	10.221
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Juros e variações monetárias dos empréstimos		13.593	8.263	13.593	8.263
Depreciação e amortização		3	-	3	-
Impostos diferidos		-	(1.065)	-	(1.065)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	261	-	261	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Concessionárias e permissionárias		(10)	(3.367)	(10)	(3.367)
Outros créditos		299	(637)	299	(637)
Tributos e contribuições compensáveis		3.735	(5.028)	3.735	(5.028)
Contas a receber - ativo financeiro		4.284	-	4.284	-
Estoques		(566)	-	(566)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(5.856)	-	(5.856)	-
Tributos e contribuições sociais		(1.398)	589	(1.398)	589
Partes relacionadas		3.090	(451)	3.090	(451)
Taxas regulamentares		707	437	707	437
Ajustes com implantação do IFRIC 12		(545)	(8.662)	(545)	(8.662)
Medidas compensatórias		1.207	1.754	1.207	1.754
Outras contas a pagar		646	18	646	18
Caixa gerado pelas atividades operacionais		19.995	2.072	19.995	2.072
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado (ativo financeiro)-intangível		(5.072)	(115.171)	(5.072)	(115.171)
Títulos e valores mobiliários		6.410	(6.410)	6.410	(6.410)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		1.338	(121.581)	1.338	(121.581)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos captados		164.685	203.177	164.685	203.177
Empréstimos e financiamentos pagos		(178.146)	(219.516)	(178.146)	(219.516)
Ampliação de capital		1	109.650	1	109.650
Partes relacionadas		79	118	79	118
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(13.381)	93.429	(13.381)	93.429
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes		7.952	(26.080)	7.952	(26.080)
Saldo inicial de caixa e equivalentes		6.042	32.122	6.042	32.122
Saldo final de caixa e equivalentes	4	13.994	6.042	13.994	6.042
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes		7.952	(26.080)	7.952	(26.080)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais) (Não Auditado)

	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009
RECEITAS DE USO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO	26.266	94.998	26.266	94.998
CONSTRUÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	-	-	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços	(1.181)	(476)	(1.181)	(476)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outras	(3.539)	(1.789)	(3.539)	(1.789)
Outros	3.307	(74.283)	3.307	(74.283)
VALOR ADICIONADO BRUTO	24.855	18.450	24.855	18.450
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(3)	-	(3)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	24.850	18.450	24.850	18.450
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	1.552	2.075	1.552	2.075
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	26.402	20.525	26.402	20.525
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remunerações diretas	1.680	561	1.680	561
Benefícios	185	64	185	64
FGTS	94	35	94	35
Impostos, taxas e contribuições	1.959	659	1.959	659
Federais, estaduais e municipais	3.888	66	3.888	66
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e demais despesas	19.973	9.579	19.973	9.579
Aluguéis	37	-	37	-
Remuneração de capitais próprios	20.010	9.579	20.010	9.579
Prejuízo do período	-	-	-	-
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos propostos	259	4.855	259	4.855
Lucros retidos	286	5.366	286	5.366
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	26.402	20.525	26.402	20.525

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# POÇOS DE CALDAS

## Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 08.532.971/0001-94

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

#### 1. Contexto operacional

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 12 de dezembro de 2006 e está estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - Sala 1534, Centro, Rio de Janeiro, com duas filiais localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

##### 1.1. Da concessão

A Cobra Instalações y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km; pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km.

Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$23.430 (valor histórico), excluído o montante necessário a cobrir as despesas com as contribuições sociais ao programa de integração social - PIS, ao Programa de formação do patrimônio do servidor público - PASEP e a contribuição social para o financiamento da seguridade social - COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original.

A Companhia entrou em operação em 5 de maio de 2009, consequentemente a demonstração do resultado contempla o período de sete meses e vinte e sete dias findo em 31 de dezembro de 2009.

Em 24 de junho de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 25.516, a partir de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

Em 25 de junho de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Homologatória nº 843 estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$26.843 para o período de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2010.

Em 29 de junho de 2010, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.021/2010, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 28.244 para o período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais conforme discriminado abaixo:

##### a) Entrou em operação a partir de 21 de maio de 2009:

► SE Ribeirão Preto com Módulo Geral, Entradas de Linha, interligação de barras, Transformação 500/440 kV - 2 x (3x400) MVA e uma unidade reserva de 400 MVA, Compensação Reativa em 500 kV (3x60 Mvar) e uma unidade reserva de 60 Mvar.

##### b) Entrou em operação a partir de 18 de setembro de 2009:

Linha de transmissão Jaguará - Estreito, circuito simples, com extensão aproximada de 53 km com origem na SE Jaguará e término na subestação Estreito, todas no Estado de Minas Gerais, interligadas pelas respectivas Entradas de Linha e instalações vinculadas; Linha de transmissão Estreito - Ribeirão Preto, circuito simples, com extensão aproximada de 118 km com origem na SE Estreito no Estado de Minas Gerais e término na subestação Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, interligadas pelas respectivas Entradas de Linha e instalações vinculadas; Linha de transmissão Ribeirão Preto - Poços de Caldas, circuito simples, com extensão aproximada de 137 km com origem na SE Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo e término na subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, interligadas pelas respectivas Entradas de Linha e instalações vinculadas

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 15 de dezembro de 2010, foi concluído o processo de venda da Companhia pertencente a Companhias Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. à companhia State Grid Brazil Holding S.A., subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China.

#### 2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide Nota 2.14, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

##### 2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

##### 2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

##### 2.3. Receita operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1., a Companhia reconhece como receita no resultado a Receita Anual Permitida (RAP), ajustada mensalmente pelo ONS por meio dos avisos de crédito que servem de base para emissão das faturas aos usuários de sua linha de transmissão. A RAP foi definida para os primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial, do período de 30 anos da concessão e, no período restante, esta sofrerá redução de 50%. Em 2009, foi aprovado o Pronunciamento ICPC 01 - Contratos de Concessão, que será adotado pela Companhia a partir do exercício de 2010. Entre os principais impactos que a adoção do ICPC 01 trará, está a mudança do atual procedimento contábil do reconhecimento da receita a partir dos avisos de crédito emitidos pelo ONS.

##### 2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

###### a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

###### b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

##### 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

##### 2.6. Concessionárias e permissivas

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de crédito (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para

os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

##### 2.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

##### 2.8. Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecedor para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 611, de 22 de dezembro de 2009, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

##### 2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

##### 2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

##### 2.11. Tributação

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

► Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;

► Reserva Geral de Reversão (RGR) ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;

► Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2010 - ano base de 2009.

##### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

► Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

► Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo; e

► Sobre ajustes efetuados por diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

► Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

► Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

##### 2.12. Taxas regulamentares

###### a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas transmissoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas companhias em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% de sua receita bruta anual.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente.

##### 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer os em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são reconhecidos nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

##### 2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

###### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

###### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

##### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

##### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor



# POÇOS DE CALDAS

## Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 08.532.971/0001-94



dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

### 2.15. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ainda não foi oficialmente definido pelo Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Lei 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

A Companhia adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens.

### 2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### 2.17. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

### 3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BR GAAP).

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi emitida no Brasil na forma da ICPC 01 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em dezembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A ICPC 01 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas. O IFRIC 12 é aplicável à Companhia e está sendo adotado em 2010, com efeitos retroativos à data de constituição da Companhia. Assim, as demonstrações financeiras dos exercícios anteriores estão sendo reapresentadas, sendo definido 1 de janeiro de 2009 como a data de transição.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado anualmente, considerando a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários. De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com o seguinte modelo contábil do ativo financeiro. Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas), sendo que a Companhia adotou 1 de janeiro de 2009 como data de transição. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo a reconciliação do resultado do exercício de 2009, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas a seguir:

#### 3.1. Balanço de abertura em 1 de janeiro de 2009

Balanço patrimonial	01/01/2009 (Original)	Ajustes	01/01/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	32.202	12.221	44.423
Caixa e equivalentes de caixa	32.122	-	32.122
Impostos a recuperar	80	-	80
Contas a receber - ativo financeiro	-	12.221	12.221
Ativo não circulante	261.660	(11.388)	250.272
Outros créditos	200	-	200
Contas a receber - ativo financeiro	-	250.072	250.072
Imobilizado gerador de RAP	261.460	(261.460)	-
Total do ativo	293.862	833	294.695
Passivo			
Passivo circulante	194.305	-	194.305
Fornecedores	19.971	-	19.971
Empréstimos e financiamentos	173.223	-	173.223
Impostos e contribuições sociais	1.048	-	1.048
Outros passivos circulantes	63	-	63
Passivo não circulante	857	-	857
Outros passivos não circulantes	857	-	857
Patrimônio líquido	98.700	833	99.533
Capital social	98.700	-	98.700
Ajuste de avaliação patrimonial	-	833	833
Total do passivo e do patrimônio líquido	293.862	833	294.695

#### 3.2. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

Balanço patrimonial	31/12/2009 (Original)	Ajustes	31/12/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	13.758	30.549	44.306
Caixa e equivalentes de caixa	6.042	-	6.042
Concessionárias e permissionárias	3.367	-	3.367
Impostos a recuperar	3.712	-	3.712
Contas a receber - ativo financeiro	-	30.549	30.549
Outros créditos	636	-	636
Ativo não circulante	370.162	(17.427)	352.735
Títulos e valores mobiliários	6.410	-	6.410
Outros créditos	82	-	82
Contas a receber - ativo financeiro	-	314.522	314.522
Impostos a recuperar	24.732	-	24.732
Imobilizado gerador de RAP	331.949	(331.949)	-
Intangível	6.989	-	6.989
Total do ativo	383.920	13.121	397.041
Passivo			
Passivo circulante	16.228	-	16.228
Fornecedores	8.175	-	8.175
Empréstimos e financiamentos	5.898	-	5.898
Impostos e contribuições sociais	1.637	-	1.637
Taxas regulamentares	437	-	437
Outros passivos circulantes	81	-	81
Passivo não circulante	161.409	4.178	165.587
Empréstimos e financiamentos	159.249	-	159.249
Outras provisões - medidas compensatórias	1.754	-	1.754
Impostos diferidos	-	4.178	4.178
Outros passivos não circulantes	406	-	406
Patrimônio líquido	206.283	8.943	215.226
Capital social	208.350	-	208.350
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(3.345)	(3.345)
Lucro (prejuízo) acumulado	(2.067)	12.288	10.221
Total do passivo e do patrimônio líquido	383.920	13.121	397.041

O efeito da mudança de prática contábil relacionada à implantação do IFRIC 12 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi o seguinte:

Prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 segundo as práticas contábeis anteriores	(2.067)
(+) Reversão da depreciação do imobilizado	3.626
(-) Custo de construção	(74.115)
(+) Variação na receita operacional bruta	82.777
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	10.221

### 3.3. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

**IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas aquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras.

**Melhorias para IFRS** - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

► IFRS 3 - Combinação de negócios.

► IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.

► IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009	01/01/2009 (Reapresentado)
Caixa	15	10	-
Bancos	238	1.460	21.715
Aplicações financeiras de liquidez imediata	13.741	4.572	10.407
	13.994	6.042	32.122

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento de Títulos Públicos multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado.

### 5. Concessionárias e permissionárias

	2010	2009	01/01/2009 (Reapresentado)
A vencer	3.336	2.360	-
Vencidas até 30 dias	16	797	-
Vencidas até 60 dias	14	4	-
Vencidas até 90 dias	11	11	-
Vencidas há mais de 90 dias	261	195	-
	3.638	3.367	-
PProvisão para devedores duvidosos (PDD)	(261)	-	-
	3.377	3.367	-

A Companhia monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010 registrados com base na análise do índice de inadimplência da companhia e por valores em aberto há mais de 90 dias. Tal critério foi adotado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A movimentação do saldo da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte durante os exercícios de 2009 e 2010:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	-
(+) Complemento PDD	261
(-) Baixas ocorridas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	261

### 6. Impostos a recuperar

	2010	2009	01/01/2009 (Reapresentado)
Circulante			
PIS a compensar s/ativo imobilizado	470	613	-
COFINS a compensar s/ativo imobilizado	2.162	2.826	-
Outros	672	273	80
	3.304	3.712	80
Não circulante			
PIS a compensar - ativo imobilizado	3.818	4.222	-
COFINS a compensar - ativo imobilizado	17.587	19.445	-
Outros	-	1.065	-
	21.405	24.732	-

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo permanente, durante o período de construção da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A., conforme facultam as Leis nº 10.833/03 e nº 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada nos seguintes exercícios:

	PIS/COFINS
2012	2.632
2013	2.632
2014	2.632
2015 em diante	13.509
	21.405

### 7. Contas a receber - ativo financeiro

A rubrica de contas a receber - ativo financeiro origina-se da aplicação da interpretação técnica - ICPC 01 - Contrato de concessão e da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de concessão, conforme mencionado na nota explicativa 3.

O montante total de R\$ 340.786 (sendo R\$ 30.848 no ativo circulante e R\$ 309.938 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2010), foi calculado retroativamente ao início do período de concessão e entrada em operação das linhas de transmissão da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foi retroativamente registrado, totalizando R\$ 345.071 e R\$ 262.293, respectivamente.

### 8. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa rubrica referia-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conforme composição adiante. Durante o prazo do contrato, a Companhia teve que manter em favor do BNDES uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

O contrato com o BNDES foi quitado integralmente em dezembro de 2010. Com a liquidação do contrato, o montante disponível em tal rubrica foi recuperado pela Companhia.

### 9. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2010	2009	01/01/2009 (Reapresentado)
Banco Santander (Compror)	-	-	129.845
Banco Votorantim (capital de giro)	-	-	43.378
BNDES - Direto - moeda nacional	-	165.147	-
Juros a pagar	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos	-	165.147	173.223
Passivo circulante	-	5.898	173.223
Passivo não circulante	-	159.249	-

As características do empréstimo são como se segue:

**BNDES - TJLP** - Providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incide a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses, com início em 15 de novembro de 2008 e término em 15 de outubro de 2022. Durante o mês de dezembro de 2010, a Companhia, como parte do processo de transição de controle acionário



# POÇOS DE CALDAS

## Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 08.532.971/0001-94



(vide nota explicativa 1), efetuou a liquidação do empréstimo existente com o BNDES. Com isso, qualquer cláusula contratual referente a atendimento de índices financeiros, cauções, penhores e cartas de fiança dadas em garantia foram automaticamente canceladas.

### 10. Taxas regulamentares

Os saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
Correntes			
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	787	306	-
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	183	61	-
P&D	174	70	-
	1.144	437	-

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída por definição da ANEEL. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) pro rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de fiscalização descrita anteriormente. Divergências entre o valor provisionado e o valor pago permanecem no passivo da Companhia até que seja emitido despacho complementar por parte da ANEEL para pagamento.

### 11. Outras provisões - medidas compensatórias

O Contrato de Concessão nº 003/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve envidar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

A Companhia está operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo aos requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais, visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação nº 726/2008 emitida pelo IBAMA em 30 de setembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o saldo da provisão ambiental é de R\$1.754. A Administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores legais, entende que não há previsão de atualização monetária para essa provisão enquanto não houver assinatura do Termo de Compromisso com o IBAMA, o que não havia ocorrido até a data do balanço. Além disso, a provisão está mantida no passivo não circulante por não haver expectativa de desembolso no próximo exercício.

### 12. Empréstimos - partes relacionadas

Empresas	Natureza da operação	2010			2009 (reapresentado)		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
State Grid Brazil Holding S.A.	Contas a pagar	-	3.090	3.090	-	-	-
State Grid Brazil Holding S.A.	Empréstimo	-	165.051	728	-	-	-

A Companhia formalizou em 15 de dezembro de 2010, contrato de empréstimo com seu acionista controlador State Grid Brazil Holding S.A., no valor máximo de R\$ 166.000. Sobre o principal da dívida incide a taxa de juros de 10% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente com início em 15 de março de 2011 e o saldo remanescente a pagar deve ser amortizado em 30 de novembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do empréstimo estava segregado entre R\$ 12.717 no passivo circulante e R\$ 152.334 no passivo não circulante.

### 13. Patrimônio líquido

a) **Capital social**  
Em 28 e 30 de janeiro de 2009 e 20 de fevereiro, de 2009, os acionistas Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Isolux Energia e Participações S.A. Integralizaram o valor de R\$8.300 cada de suas participações da Companhia.  
Em 29 de julho de 2009, os acionistas Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Isolux Energia e Participações S.A. Integralizaram o valor de R\$21.173 cada de suas participações da Companhia.  
Em 28 e 29 de dezembro de 2009, os acionistas Elecnor Transmissão de Energia S.A., Lintran do Brasil Participações S.A. e Isolux Energia e Participações S.A. Integralizaram o valor de R\$7.077 cada de sua participação da Companhia.  
Em 15 de dezembro de 2010, os acionistas Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A., Isolux Energia e Participações S.A. decidem efetuar a venda da integralidade de ações ordinárias nominativas em seu poder à sociedade State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), sociedade controlada pelo Grupo State Grid, com matriz em Pequim, República Popular da China.  
Desta forma, em 31 de dezembro de 2010, a SGBH passa a ser a acionista majoritária da Companhia.  
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$208.350, dividido em 208.350.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ações ordinárias subscritas e integralizadas	
	2010	2009
State Grid Brazil Holding S.A.	208.349.994	-
Lintran do Brasil Participações S.A.	-	69.449.998
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	-	69.449.998
Isolux Energia e Participações S.A.	-	69.449.998
Membros do Conselho de Administração	6	6
	208.350.000	208.350.000

### a) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

### b) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos de exercícios anteriores a 2010 foram calculados com base no lucro líquido do exercício ajustado anterior à aplicação da prática contábil mencionada na nota explicativa 3.

	2010
Lucro líquido do exercício	545
Reserva legal (5%)	(27)
Base de cálculo para os dividendos	518
O saldo total do lucro do exercício remanescente após a constituição da reserva legal em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 518, foi registrado como dividendos retidos no patrimônio líquido. Adicionalmente, o saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores também foi registrado como dividendos retidos. A decisão sobre a destinação final do valor de dividendos a ser pago ou outra eventual destinação será efetuada em assembléia de acionistas durante 2011.	

### 14. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

A Companhia registra provisão para contingências para processos considerados como expectativa de perda provável, conforme abaixo:

	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
Serviços	1.203	-	-
Trabalhista	4	-	-
	1.207	-	-

Adicionalmente, a Companhia possui processos com expectativa de perda possível, para os quais não foi

registrado provisão para contingências. Tais processos estão sumariados a seguir.

► Processos de natureza trabalhista junto a Justiça do Trabalho do Estado de São Paulo no valor aproximado de R\$ 305; e

► Processos de natureza cível, referentes às obras de construção das linhas de transmissão no valor aproximado de R\$ 12.468.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a Companhia não possuía processos com expectativa de perda provável e, desta forma, não possuía provisão para contingências registrada.

### 15. Instrumentos financeiros

#### 15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	2010		2009 (reapresentado)		01/01/2009 (reapresentado)	
	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.994	13.994	-	6.042	6.042
Concessionárias e permissionárias	3.377	-	3.377	3.367	-	3.367
Contas a receber - ativo financeiro	340.786	-	340.786	345.071	-	345.071
	344.163	13.994	358.157	348.438	6.042	354.480
						262.293
						262.293
						32.122
						294.415

Em 2010, 2009 e 2008, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
Fornecedores	2.319	8.175	19.971
Empréstimos e financiamentos	-	165.147	173.223
Contas a pagar - partes relacionadas	3.090	-	-
Empréstimos - partes relacionadas	165.051	-	-
Impostos e obrigações fiscais	239	1.637	1.048
	170.699	174.959	194.242

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

### 15.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

#### a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

#### b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador.

### 15.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e financiamentos e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### 16. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	2010	2009
	(Reapresentado)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social com impacto de novas práticas contábeis	1.610	9.156
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - Adesão ao RTT	1.522	(12.288)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social sem impacto de novas práticas contábeis	3.132	(3.132)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.065)	1.065
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições não dedutíveis	15.107	-
Exclusões não dedutíveis	(14.255)	-
Lucro (prejuízo) real no exercício	3.984	(3.132)

### 17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade cível.

### 18. Receita operacional bruta

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado iniciando pela receita líquida. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
	(Reapresentado)	
Receita operacional bruta	26.265	94.998
Receita de operação e manutenção	7.446	2.729
Receita financeira de construção e outras	18.819	92.269
Deduções da receita operacional	(3.850)	(1.546)
PIS	(504)	(202)
COFINS	(2.319)	(929)
Quota para RGR	(764)	(306)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(263)	(109)
Receita operacional líquida	22.415	93.452

### 19. Outras informações

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento. Não ocorreram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2010 que pudessem ter efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo naquela data.

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente  
Ou Xiaoming - Diretor Administrativo  
Shi Xianyuan - Diretor Financeiro  
Marcia Cristina Marinho Pereira Gonçalves - CRC/RJ 087201/01-

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da

**Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro, Brasil

Examinamos as demonstrações financeiras da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

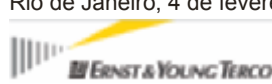
### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de fevereiro de 2010, que não conteve qualquer modificação.

Em conexão com nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, auditamos também os ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis descritos na nota explicativa 3. Em nossa opinião, tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados, considerando todos os aspectos relevantes. Fomos contratados somente para auditar os ajustes descritos na nota explicativa 3 e não para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2009 e sobre o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009 e, portanto, não expressamos opinião sobre as referidas demonstrações.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011



ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - ZSP 015.199/O-6 - F - RJ  
Claudio Camargo  
Contador CRC - 1PR 038.371/O-1 - S - RJ